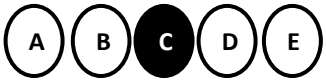
CARGO:
PROCURADOR MUNICIPAL

INSTRUÇOES

Você receberá do fiscal: um **caderno de questões** e um **cartão resposta** personalizado.
O **caderno de questões** está numerado sequencialmente e contém **40(quarenta)** questões.

ATENÇÃO!
Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
Verifique se os seus dados no **cartão resposta** estão corretos.
Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão resposta**, a alternativa que mais adequadamente a responde.
O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
Após concluir a prova, o candidato deverá entregar o caderno de provas e o cartão resposta devidamente assinado.

Observe as seguintes recomendações relativas ao cartão resposta:
O **cartão resposta** não deve ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão resposta** é cobrir fortemente, com caneta esferográfica **preta** ou **azul**, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

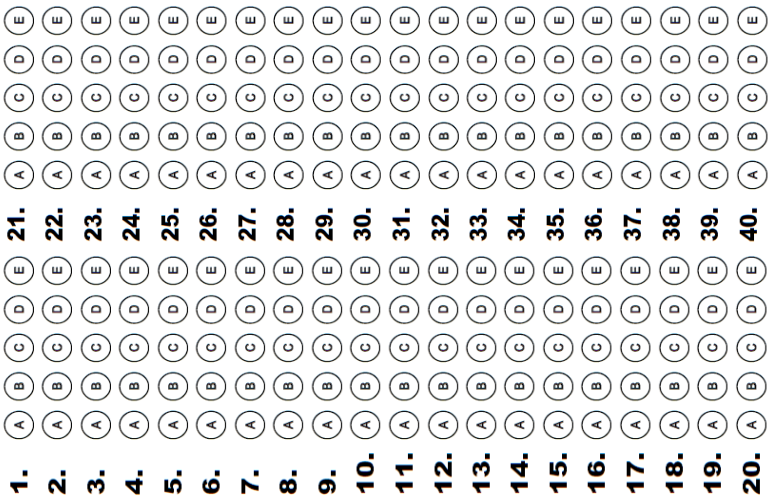


A leitora óptica NÃO registrará questões sem marcação, marcação pouco nítida ou com mais de uma alternativa assinalada.
Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local de provas**.
Você dispõe de **quatro horas** para fazer esta prova e marcar o **cartão resposta**.
Nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida uma hora do seu início.
Não será permitida a utilização de aparelho celular, qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
Os dois últimos candidatos da mesma sala só poderão ser liberados juntos.
A **Folha Resposta** abaixo não tem caráter legal, objetiva apenas a conferência do Gabarito do Candidato.

.....

FOLHA RESPOSTA PARA CONFERÊNCIA DO CANDIDATO

_____
Assinatura do Candidato



CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões de 1 a 7.

Novidade criada na reforma trabalhista, contrato intermitente ainda não decolou

Criado com a reforma trabalhista com a promessa de formalizar o trabalhador sem jornada fixa, o contrato intermitente ainda decepciona. No acumulado deste ano, o saldo de vagas de emprego desse tipo – a diferença entre os postos que foram abertos e fechados – representa 5% do saldo total de postos entre janeiro e julho, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

O Caged de julho aponta que o saldo de vagas era de 47,3 mil para todos os tipos de contratação, mas apenas 3,4 mil deles eram contratos intermitentes.

O intermitente surgiu com a reforma trabalhista, em novembro, como uma maneira de formalizar quem trabalha sob demanda. Esse empregado é chamado para prestar serviços de tempos em tempos, sendo convocado pela empresa para trabalhar com até três dias de antecedência e recebendo por hora trabalhada. É diferente do trabalhador temporário, contratado por até 180 dias e que são prorrogáveis por mais 90.

Por envolver ocupações específicas, é até natural que o contrato intermitente não represente a maioria dos novos postos e, na saída da recessão, o mercado de trabalho anda a passos lentos. Mas, segundo o economista Bruno Ottoni, do Ibre/FGV e da consultoria IDados, já era para o intermitente estar mais consolidado.

Um outro dado, do IBGE, dá pistas sobre o baixo crescimento dos intermitentes, afirma Ottoni. No fim do ano passado, 12 milhões de brasileiros diziam estar satisfeitos em ter jornadas de trabalho reduzidas, mesmo sendo informais.

"A reforma quis formalizar o trabalho que não tem jornada contínua, mas os números decepcionam. Temos de entender por que os informais não estão virando intermitentes mais rapidamente e o que faz com que essa forma de contratar ainda não esteja funcionando direito."

Em outubro do ano passado, o governo havia estimado que a reforma trabalhista geraria 6 milhões de empregos. Só de intermitentes, a previsão era criar 2 milhões de ocupações em três anos.

A evolução do trabalho intermitente, ainda que tímida, também é inflada. Os dados do Caged consideram contratos assinados, mas o empregado não necessariamente foi chamado para trabalhar naquele mês. Como o trabalhador também pode ter contratos com várias empresas, isso daria a impressão de que há mais intermitentes empregados do que na realidade.

Quando a reforma trabalhista entrou em vigor, as grandes varejistas foram as primeiras a celebrar o trabalho intermitente. Segundo advogados, como as grandes empresas têm uma estrutura jurídica mais consolidada, o que aliviaria a insegurança para contratar, a abertura de vagas intermitentes vai ocorrer antes nessas companhias.

https://economia.estadao.com.br/noticias, 11/09/2018

1. Analise as afirmações seguintes sobre o texto.

I. A nova lei cria modalidade de contratação que estimula a formalização das relações de trabalho, já que a legislação permite ao empregador contratar empregados por períodos esporádicos de acordo com a demanda.
II. Com um ano de vigência da nova lei trabalhista, os números apresentados pelo IBGE não deixam dúvidas de que a contratação na forma de trabalho intermitente só aumentará quando o Brasil sair da crise e da recessão que tanto atingem o mercado de trabalho.
III. A publicação da Reforma Trabalhista gerou a expectativa de que a nova legislação permitiria criar novos postos de trabalho, contudo, a retomada da geração de empregos não aconteceu.
IV. As pesquisas revelam que o principal motivo de o trabalho intermitente não ser o preferido pelos trabalhadores se deve ao fato de que um significativo número de empresas grandes varejistas carece ainda de um grande aparato em suas estruturas jurídicas.

Assinale a alternativa CORRETA:

A. Apenas a afirmação I está correta.
B. Estão corretas apenas II, III e IV.
C. Estão corretas apenas I e III.
D. Estão corretas apenas II e IV.
E. Todas as afirmações estão corretas.

2. De acordo com o texto, julgue os itens como verdadeiro (V) ou falso (F).

( ) É possível que a forma de contratação de empregados como trabalho intermitente comprometa os dados indicados por pesquisas sobre os números reais das pessoas empregadas.
( )A reforma trabalhista regulamenta o trabalho intermitente como forma de legalizar as atividades realizadas de maneira informal, todavia resultou na precarização dos direitos das pessoas que trabalham eventualmente nas ocupações conhecidas como "bicos".
( )Embora não consolidado, o trabalho intermitente representa aumento crescente dos conflitos causados por insegurança jurídica entre patrões e empregados, pois o trabalhador, sem jornada de trabalho fixa, assume contratos com várias empresas.

A sequência CORRETA é:

A. V, V, V.
B. F, V, V.
C. V, V, F.
D. V, F, F.
E. F, F, F.

3. A figura de linguagem presenteem "o mercado de trabalho anda a passos lentos" é a:

A. Perífrase ou antonomásia.
B. Personificação ou prosopopeia.
C. Catacrese.
D. Ironia.
E. Eufemismo.

4. A respeito das principais caraterísticas do gênero textual a que pertence o texto"Novidade criada na reforma trabalhista, contrato intermitente ainda não decolou", assinale a opção FALSA:

A. Trata-se de um texto de cunho informativo.
B. É um gênero textual não literário que está presente em nosso dia adia, veiculado nos meios de comunicação.
C. Apresenta linguagem formal, clara e objetiva.
D. Aborda tema atual ou acontecimento real e cotidiano.
E. É permeado de recursos alegóricos que levam à reflexão sobre ética, economia, política e outras convenções.

5. Em: "**Mas**, **segundo** o economista Bruno Ottoni, do Ibre/FGV e da consultoria IDados, já era para o intermitente estar mais consolidado", as palavras destacadas estabelecem, respectivamente, as relações de:

A. Oposição e conformidade.
B. Casualidade e concordância.
C. Conclusão e contraste.
D. Contraste e concessão.
E. Consonância e oposição.

6.Sobre as funções do "que", indicada entre parênteses, analise os seguintes fragmentos e assinale a opção CORRETA.

A. "a diferença entre os postos **que** foram abertos e fechados" (Conjunção subordinativa).
B. "O Caged de julho aponta **que** o saldo de vagas era de 47,3 mil para todos os tipos de contratação" (Conjunção coordenativa).
C. "Por envolver ocupações específicas, é até natural **que** o contrato intermitente não represente a maioria dos novos postos" (Objeto indireto).
D. "É diferente do trabalhador temporário, contratado por até 180 dias e **que** são prorrogáveis por mais 90" (Partícula de realce).
E. "A reforma quis formalizar o trabalho **que** não tem jornada contínua" (Pronome relativo).

7.Analise sintaticamente o fragmento "Quando a reforma trabalhista entrou em vigor, as grandes varejistas foram as primeiras a celebrar o trabalho intermitente" e assinale a resposta INCORRETA:

A. O sujeito da oração principal é "a reforma trabalhista".
B. O sujeito da oração principal é "as grandes varejistas".
C. A vírgula foi usada para separar a oração subordinada anteposta à oração principal.
D. As palavras "as" e "grandes" são adjuntos adnominais de "varejistas".
E. "Quando a reforma trabalhista entrou em vigor" é a oração subordinada.

8. A concordância nominal está DE ACORDO com as normas gramaticais em:

A. Envio-lhe em anexos os pedidos de hoje.
B. É necessária disposição para estudar.
C. É proibido a saída de candidatos durante as provas.
D. Ela virá mesmo pedir desculpas.
E. Muito obrigada! – Disse-me elas.

9.A colocação pronominal está em DESACORDO com as normas gramaticais em:

A. Meu filho, isso não se faz com ninguém!
B. Amanhã contarei-lhe toda a verdade.
C. Nossa Senhora te ilumine nestas provas.
D. Ninguém nos tirará do caminho do bem.
E. Nada nos fará desistir dos nossos sonhos.

10. A regência verbal está DE ACORDO com as normas gramaticais em:

A. O ônibus demorou e cheguei a casa de praia somente à noite.
B. Já perdoamos o agressor.
C. Prefiro comer massas a carne vermelha.
D. O escritor esqueceu do guarda-chuva em casa.
E. Nunca obedecemos normas da empresa.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. O município de Patos está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Essa delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

Considerando o aspecto Geográfico da cidade de Patos, destaca-se as Elevações Rochosas, EXCETO:

A. Serra do Pedro.
B. Serra do Mocambo.
C. Serrote do Tigre.

D. Serrote do Espinho Branco.
E. Serrote de Pedro Agostinho.

12. Patos é um município brasileiro do estado da Paraíba, localizado na mesorregião do Sertão Paraibano. Distante 307 km de João Pessoa, sua sede localiza-se no centro do estado com vetores viários interligando a cidade com toda a Paraíba e viabilizando o acesso aos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. Patos é a terceira cidade polo do estado da Paraíba, considerando sua importância socioeconômica e a sua população que, conforme estimativas do IBGE de 2018, era de 106 984habitantes. A cidade é sede da 6ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba, composta por 21 outros municípios e Patos, sendo eles:

A. Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Condado, Matureia, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Livramento, Várzea.
B. Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Malta, São Bentinho, Passagem, Patos, Cajazeirinhas, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Várzea.
C. Areia de Baraúnas, Condado, Cacimbas, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Malta, Matureia, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Livramento.
D. Assunção, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Malta, Matureia, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, Taperoá, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Várzea.
E. Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Malta, Matureia, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Várzea.

13. Em entrevista coletiva, o Ministro de Comunicação, Jorge Rodríguez, disse que os órgãos de segurança detiveram Henryberth Emmanuel Rivas Vivas, Angela Lisbeth Expósito Carrillo e o coronel aposentado Ramón Santiago Velasco García. As prisões aconteceram durante a última madrugada. Desde o atentado contra o presidente, 28 pessoas foram presas, entre eles está o deputado opositor Juan Requesens (https://g1.globo.com, 23/09/2018).

A notícia faz referência ao atentado ocorrido contra o presidente

A. da Colômbia.
B. do Chile.
C. da Argentina.
D. da Venezuela.
E. da Bolívia.

14.A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os ensinos infantil e fundamental foi aprovada nesta sexta-feira (15) em votação no Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram 20 votos a favor e três votos contrários, de acordo com Eduardo Deschamps, presidente do CNE (https://g1.globo.com, 15/12/2018).

Sobre a BNCC aprovada, assinale a opção CORRETA.

A. As orientações sobre identidade de gênero não devem ser discutidas por comissão do Conselho Nacional de Educação – CNE.
B. A BNCC dá diretrizes para orientar a elaboração dos currículos das redes municipais, estaduais e federal de ensino, tanto nas escolas públicas quanto particulares.
C. A produção de novo material didático será dispensada.
D. A implementação da BNCC deve estar completa até início do ano letivo de 2022.
E. A alfabetização deve ser concluída até o terceiro ano do Ensino Fundamental.

15.A histórica reunião teve início às 22 horas de Brasília (9 horas da manhã em Singapura), com um aperto de mão entre os líderes em frente às bandeiras de ambos os países. Por volta das 2h30 de Brasília, eles assinaram um acordo em que são tratadas questões sensíveis há anos entre as duas nações (https://veja.abril.com.br, 12/06/2018).

O encontro histórico reuniu um presidente em exercício e um líder, respectivamente,

A. dos Estados Unidos e da Coreia do Norte.
B. dos Estados Unidos e da Coreia do Sul.
C. da Coreia do Sul e dos Estados Unidos.
D. dos Estados Unidos e do Japão.
E. da Rússia e dos Estados Unidos.

16.O Prêmio Nobel são um conjunto de prêmios internacionais anualmente concedidos em reconhecimento aos maiores avanços nas áreas de literatura, medicina, física, química, paz e economia. Sua entrega é feita anualmente, sendo que as nomeações ocorrem no mês de março e os premiados têm seus nomes revelados a partir da última semana de outubro(http://www.ciencianamedida.com.br,16/out/2017).

Em 2017, os pesquisadores Jeffrey C. Hall, Michael Rosbash e Michael W. Young foram os ganhadores do Prêmio Nobel de

A. Química.
B. Física.
C. Medicina.
D. Literatura.
E. Economia.

17. Os eleitores que estão em dia com a Justiça Eleitoral e desejam atendimento apenas para impressão da segunda via do título podem ficar despreocupados, pois o *e-Título* substitui o documento na hora de votar (http://www.tse.jus.br, 09/05/2018).

Sobre o aplicativo *e-Titulo*, estão corretas as opções, EXCETO:

A. O aplicativo apresenta informações como dados da zona eleitoral do usuário e a situação cadastral do eleitor em tempo real. Após baixá-lo, basta que o eleitor insira seus dados pessoais.
B. O eleitor com a versão do *e-Título* sem foto está desobrigado a levar outro documento oficial com foto para se identificar ao mesário durante a votação.
C. O aplicativo também permite ao eleitor emitir a certidão de quitação eleitoral, além da certidão de crimes eleitorais.
D. Se o eleitor já tiver feito o recadastramento biométrico junto à Justiça Eleitoral, a versão do *e-Título* virá acompanhada da foto do eleitor.
E. Caso o eleitor ainda não tenha feito o recadastramento biométrico, a versão do *e-Título* será baixada sem a foto.

18. De acordo com dados do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), desde 2013, quando a crise humanitária na Venezuela se agravou, quase 1,5 milhões de pessoas deixaram o país. Esse contingente só é menor do que o de sírios, afegãos e sudaneses do sul. Os dados revelam a dimensão da maior crise humanitária em curso desde a 2ª Guerra Mundial: 8,5 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocarem de seus lares – inclusive dentro de seu próprio país, nos dados referentes a 2017.

Assinale a alternativa que indica o País que mais gerou refugiados em 2017:

A. Afeganistão.
B. Síria.
C. Somália.
D. Mianamar.
E. Sudão do Sul.

19. Segundo a Lei da Acessibilidade, a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Analise os itens abaixo sobre os requisitos de acessibilidade.

I. Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente.
II. Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
III. Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei.
IV. Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Estão CORRETOS os itens:

A. II e IV, apenas.
B. I, III e IV, apenas.
C. II, III e IV, apenas.
D. I, II e III, apenas.
E. I, II, III e IV.

20. Todos os dias elevadas estatísticas de violência contra mulheres mostram que um número grande ainda é submetido a alguma forma de violência, tais como assédios, estupros, tortura, violência psicológica ou física, agressões domésticas, perseguições e, na sua expressão mais grave, o feminicídio. O que resulta em um destaque no cenário mundial, onde o Brasil está como o 5º país com a maior taxa de homicídio de mulheres. A partir de 2015, o Brasil alterou o Código Penal Brasileiro e incluiu a Lei 13.104/15, que tipifica o feminicídio como homicídio, reconhecendo o assassinato de uma mulher em função do gênero.

www1.folha.uol.com.br/cotidiano -9/08/2018

Segundo o 12º Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre os Estados Brasileiros mais perigosas para mulher, a Paraíba ocupa:

A. 12º Lugar: Paraíba – 31,9 mulheres mortas a cada 100 mil habitantes.

B. 13º Lugar: Paraíba – 31,9 mulheres mortas a cada 100 mil habitantes.
C. 14º Lugar: Paraíba – 31,9 mulheres mortas a cada 100 mil habitantes.
D. 15º Lugar: Paraíba – 31,9 mulheres mortas a cada 100 mil habitantes.
E. 16º Lugar: Paraíba – 31,9 mulheres mortas a cada 100 mil habitantes.

INFORMÁTICA

21. Hardware é a parte física de um sistema computacional, composto, por exemplo, de gabinete, monitor, teclado etc.

A respeito dos tipos de Hardware, assinale a alternativa INCORRETA.

A. Mainframe.
B. Computador Pessoal (PC).
C. Tablet.
D. Smartphones.
E. Software

22. "É um editor de planilhas produzido pela Microsoft para computadores que utilizam o sistema operacional Microsoft Windows, além de computadores Macintosh da Apple Inc. e dispositivos móveis como o Windows Phone, Android ou o iOS. Seus recursos incluem uma interface intuitiva e capacitadas ferramentas de cálculo e de construção de gráficos que, juntamente com marketing agressivo, tornaram um dos mais populares aplicativos de computador até hoje. É, com grande vantagem, o aplicativo de planilha eletrônica dominante, disponível para essas plataformas e o tem sido desde a versão 5 em 1993 e sua inclusão como parte do Microsoft Office".

O Conceito acima refere-se à:

A. Microsoft Office Excel.
B. Microsoft InfoPath.
C. Microsoft Access.
D. Microsoft PowerPoint.
E. Microsoft Publisher.

23. Todo computador, seja ele para uso pessoal ou profissional, precisa ter um sistema operacional. Isso significa dizer que, para ter alcance às ferramentas da máquina com mais facilidade, conseguir otimizar as interfaces e deixar o computador mais ágil e eficaz, é necessário instalar no PC um software. No caso do Windows, cada evolução trouxe consigo mais clareza nas atividades evidenciadas no design escolhido para cada ano. Por ser fácil, o Windows é o sistema mais utilizado entre pessoas e empresas.

A última versão do Windows é de:

A. Windows 2007.
B. Windows 2008.
C. Windows 2009.
D. Windows 2010
E. Windows 2011.

24. Para organizar os dados no computador, cada usuário os segmenta de seu modo mais lógico. O armazenamento de arquivos, fotos e vídeos necessita ser organizado corretamente para evitar qualquer tipo de perda.Portanto, existem métodos que podem otimizar a organização, que são:

I. Não armazenar os arquivos em um local só.
II. Armazenar arquivos em só local.
III. Segmentar as pastas criadas no PC.
IV. Nomear arquivos e pastas corretamente.
V. Excluir arquivos e pastas não utilizados.

Estão CORRETOS os itens:

A. I, II e III, apenas.
B. II, III e IV, apenas.
C. I, III, IV e V, apenas.
D. I, IV e V, apenas.
E. I, II, III, IV e V.

25. A internet é o conjunto de redes de computadores que, espalhados por todas as regiões do planeta, conseguem trocar dados e mensagens utilizando um protocolo comum. Esse protocolo compartilhado pela internet é capaz de unir vários usuários particulares, entidades de pesquisa, órgãos culturais, institutos militares, bibliotecas e empresas de todos os tipos em um mesmo acesso.

A respeito dos recursos de internet, no âmbito da comunicação em redes de computadores, julgue ao itens e relacione a SEGUNDA COLUNA de acordo com a PRIMEIRA COLUNA.

(1)Navegadores.
(2)Sistema Operacional.
(3)Upload.
(4)Firewall.
(5)Correio eletrônico.
(6) Download.

( ) Significa transferir (baixar) um ou mais arquivos de um servidor remoto para um computador local. É um procedimento muito comum e necessário quando o objetivo é obter dados disponibilizados na internet. Os arquivos podem ser textos, imagens, vídeos, programas etc., podendo ser gratuitos ou não.
( )É a ação inversa ao download. Ao fazer o procedimento, o usuário envia arquivos de texto,

vídeo ou imagens do seu computador para um servidor remoto.

( )Simplesmente e-mail (abreviatura de eletronic mail), é uma ferramenta que permite compor, enviar e receber mensagens, textos, figuras e outros arquivos através da Internet. É um modo assíncrono de comunicação, ou seja, independe da presença simultânea do remetente e do destinatário da mensagem, sendo muito prático quando a comunicação precisa ser feita entre pessoas que estejam muito distantes, em diferentes fusos horários.

( ) Pode ser definido como uma barreira de proteção, que controla o tráfego de dados entre seu computador e a Internet (ou entre a rede onde seu computador está instalado e a Internet). Seu objetivo é permitir somente a transmissão e a recepção de dados autorizados.

( )É uma coleção de programas que inicializam o hardware do computador. Fornece rotinas básicas para controle de dispositivos. Fornece gerência, escalonamento e interação de tarefas.

( )Firefox, Internet Explorer, Google Chrome, Safari e Opera são alguns dos navegadores mais utilizados atualmente. … Também conhecidos como web browsers ou, simplesmente, browsers, os navegadores são uma espécie de ponte entre o usuário e o conteúdo virtual da Internet.

A sequência CORRETA que completa a segunda coluna é:

A. 5,4,1,2,3,6.
B. 6,3,2,1,4,5.
C. 6,3,5,4,2,1.
D. 1,2,3,4,5,6.
E. 3,6,1,4,5,2.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. As constituições podem ser classificadas quanto ao conteúdo, à forma, ao modo de elaboração, à origem, à estabilidade, à extensão e à finalidade.

Associe as classificações das constituições de acordo com os conceitos e assinale a sequência numérica CORRETA:

CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES

(1) Quanto ao Conteúdo
(2) Quanto a Forma
(3) Quanto ao Modo de Elaboração
(4) Quanto à Origem
(5) Quanto à Estabilidade
(6) Quanto à Extensão e à Finalidade

CONCEITOS CONSTITUCIONAIS

( )São promulgadas – também denominadas democráticas ou populares, as quais derivam de representantes diretos do povo; ou outorgadas – podem ser impostas diretamente ao povo, com ou sem sua ratificação.

( ) Podem ser: sintéticas – possuem apenas normas e princípios sintéticos de ordenamento do Estado; ou analíticas **–** mais abrangentes, abordam todos os assuntos relevantes à formação e ao funcionamento do Estado.

( ) As constituições podem ser materiais – não possuem codificação em texto único, mas existem como normas materiais, mesmo que isoladas; ou formais – normas que se expressam de forma escrita e inseridas em texto constitucional.

( ) Podem ser**:** imutáveis – é vedada qualquer alteração em seu texto; rígidas – sua alteração só ocorre através de um processo legislativo mais solene; flexíveis **–** não exigem procedimento mais solene para sua modificação; e ainda semiflexíveis ou semi-rígidas – Para alguns assuntos contêm limitações flexíveis e para outros, limitações mais rígidas.

( ) Podem ser dogmáticas – um produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte; ou históricas – baseadas em costumes, convenções, jurisprudências e outros textos.

( ) Há a constituição escrita – O texto constitucional vem grafado em documento único; e a não-escrita **–** suas regras são esparsas e se encontram em diversos textos, costumes, doutrinas e jurisprudências (que são os julgamentos reiterados sobre determinado assunto).

A sequência numérica CORRETA é:

A. 1, 2, 5, 4, 3, 6
B. 2, 5, 6, 3, 4, 1
C. 3, 2, 1, 4, 5, 6
D. 1, 2, 3, 4, 5, 6
E. 4, 6, 1, 5, 3, 2

27. Conforme preceitua o art. 11 da Lei Orgânica Municipal, assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso, referente a competência ao município de Patos, em comum com a união e o Estado da Paraíba, observadas as normas de cooperação fixadas na lei complementar:

( ) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio Público.

( ) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

( ) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, faunas e a flora.
( )Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvenciona-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.
( ) Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
( ) Erradicar a pobreza e os fatores de marginalização para promover a integração social dos setores desfavoráveis.

A sequência CORRETA é:

A. V, V, V, V, V, V.
B. F, F, V, F, V, F.
C. V, F, V, V, V, F.
D. V, V, V, F, V, F.
E. F, V, F, V, V, F.

28. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 1º afirma que a República Federativa do Brasil, tem como fundamentos:

I. A soberania.
II. A cidadania.
III. Independência nacional.
IV. A dignidade da pessoa humana.
V. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
VI. O pluralismo político.

Estão CORRETAS:

A. I, II, III, IV, V apenas.
B. II, III, IV, V, VI apenas.
C. I, II, IV, V, VI apenas.
D. I, II, III, IV, V, VI.
E. III, IV, V, VI apenas.

29. Sobre Mandado de Segurança analise as afirmativas a seguir:

I. Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
II. A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.
III. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
IV. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
V. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
VI. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A. II, III, IV, VI apenas.
B. I, II, III, VI apenas.
C. II, III, V apenas.
D. I, II, IV, V apenas.
E. I, II, III, IV, V, VI.

30. Sobre Ação Popular, assinale a alternativa INCORRETA:

A. O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
B. É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
C. Ao despachar a inicial, o juiz ordenará além da citação dos réus, a intimação do representante do Ministério Público, a requisição, às entidades indicadas na petição inicial, dos documentos que tiverem sido referidos pelo autor, bem como a de outros que se lhe afigurem necessários ao esclarecimento dos fatos, ficando prazos de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias para o atendimento.
D. Se o autor desistir da ação ou der motiva à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.
E. O prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

31. Segundo os ensinamentos da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, serviço público é "toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público." (Direito Administrativo, Editora Atlas, 20ª edição, pág. 90).

São princípios aplicáveis à prestação do serviço público:

I. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, supremacia do interesse público sobre o particular, indisponibilidade do interesse público, razoabilidade e proporcionalidade.
II. Princípio da regularidade na prestação o serviço público, que deve ser prestado por pessoas que tratem os usuários com respeito e educação. A ausência do Poder Público na prestação desse serviço poderá causar danos e, consequentemente, dever de indenizar terceiros prejudicados. Ex. o ônibus da periferia deve ter a mesma qualidade dos daqueles que circulam nos centros empresariais.
III. Princípio da eficiência: serviço que atinge o resultado pretendido, seja no tocante à qualidade, seja no aspecto da quantidade. A eficiência é um plus em relação à adequação.
IV. Princípio da segurança: por esse princípio o Estado deverá prestar o serviço público de forma a não colocar em perigo a integridade física e a vida do usuário.
V. Princípio da generalidade/universalidade: esse princípio busca a universalidade na prestação do serviço público, isto é, o serviço deve ser prestado a todos os usuários de forma igualitária e impessoal, sem qualquer espécie de discriminação.
VI. Princípio da continuidade do serviço público: por esse princípio o serviço público não pode ser interrompido, em razão da sua relevância perante a coletividade.

Assinale a opção CORRETA:

A. Estão corretos os itens II, III, IV, V e VI apenas.
B. Todos os itens estão corretos.
C. Está correto apenas o item I.
D. Estão corretos I, III, V, VI apenas.
E. Estão corretos os itens I, III, IV, V, VI apenas.

32. Para Paulo Nader "o atributo jurídico denominada vigência significa que a norma, por atender a determinados requisitos técnico-formais que a norma jurídica de elaboração e positividade, acha-se posta à executoriedade. É com ela que a norma jurídica obtém obrigatoriedade e são estabelecidos seus marcos temporais de validez: início e fim da obrigatoriedade."

Quanto a Eficácia da lei processual no tempo e no espaço, analise as assertivas a seguir:

I. Quanto ao espaço, a lei processual é regulada pelo princípio da territorialidade. Assim, a lei processual tem eficácia em território nacional. Isto, porque a norma processual tem por objeto disciplinar a atividade estatal (jurisdição), e essa atividade é manifestação do poder soberano do Estado, desse modo, não poderia ser regulada por leis estrangeiras.
II. No tempo, as leis processuais estão reguladas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942). Assim, em regra, começam a viger após o período de *vacatio legis* (quarenta e cinco dias depois de publicada).
III. A vigência da norma equivale ao seu período de vida, desde o início da sua obrigatoriedade e observância até a sua revogação, quando deixa de existir no mundo jurídico. Tal ocorre no período de vacatio legis.
IV. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
V. Em regra, aplicam-se, no território brasileiro, as leis brasileiras. Excluindo, aplicação as leis estrangeiras (Princípio da Territorialidade Temperada).

Estão CORRETAS as assertivas:

A. I, II, III, IV, V.
B. I, II, III, IV apenas.
C. III, IV, V apenas.
D. II, III, IV, V apenas.
E. II, IV, V apenas.

33. Sobre Prescrição, assinale a alternativa INCORRETA:

A. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
B. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
C. A prescrição ocorre em doze anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
D. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil.
E. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

34. Segundo a tradição do direito processual brasileiro, a partir de 1973, as ações judiciais necessitavam de um

processo de conhecimento, percorrendo um longo caminho até a sentença final. A efetivação de um direito revelado a partir de provas inequívocas que gerassem uma sensação de verossimilhança no julgador era necessária, pois sua demora poderia acarretar riscos ao autor e à própria jurisdição como atividade estatal sob o princípio constitucional da eficácia. Viu-se então o legislador obrigado a criar um instrumento capaz de solucionar e dirimir alguns conflitos, sobremaneira os ditos emergenciais, portanto criando as tutelas de urgência.

Sobre Tutela de Urgência, analise as afirmativas a seguir:

I. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
II. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
III. A tutela da urgência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando, ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
IV. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
V. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
VI. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito.
VII. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A. I, II, IV, V, VI, VII apenas.
B. I, II, III, IV, V, VII apenas.
C. II, III, IV, V, VI apenas.
D. I, II, III, IV, V, VI, VII.
E. II, III, IV, V apenas.

35. Em conformidade com o art. 332 do NCPC, diz que nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

Assinale a alternativa INCORRETA:

A. Enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
B. Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
C. Entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
D. Enunciados de súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal ou Jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça.
E. Enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

36. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, no que diz respeito da Tributação e do Orçamento, Seção VI, da Repartição das Receitas Tributárias, em seu art. 158, preceitua que pertencem aos Municípios:

Assinale a opção INCORRETA.

A. O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
B. Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
C. Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
D. Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
E. Três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus municípios.

37. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943**,** Consolidações das Leis Trabalhistas – CLT, art. 483, no qual preceitua que o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

I. Forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.

II. For tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.
III. Correr perigo manifesto de mal considerável.
IV. Não cumprir o empregador as obrigações do contrato.
V. Praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama.
VI. O empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
VII. O empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

Estão CORRETAS:

A. I, II, III, IV, V, VI, VII.
B. I, II, V, VI, VII apenas.
C. II, III, V, VII apenas.
D. IV, V, VI, VII apenas.
E. I, II, III, IV, V, VI apenas.

38. Têm legitimidade para propor a Ação Civil Pública:

Assinale a alternativa INCORRETA:

A. O Ministério Público.
B. A Defensoria Pública.
C. A associação que, concomitantemente esteja constituída há mais de 2 (dois) anos e que tenham entre seus objetivos institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica e a livre iniciativa.
D. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
E. A autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.

39. Constitui ato de Improbidade Administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
II. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
III. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
IV. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
V. Negar publicidade aos atos oficiais.
VI. Frustrar a licitude de concurso público.
VII. Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
VIII. Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A. I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII.
B. II, III, IV, V, VI, VIII apenas.
C. III, IV, V, VI, VII apenas.
D. I, III, IV, V, VI, VII, VIII apenas.
E. I, III, IV, V, VI, VIII apenas.

40. Brasil tem 207,6 milhões de habitantes distribuídos pelos 5.570 municípios, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fiscalizar os direitos básicos dessas pessoas em um país continental, conforme estabelece a legislação, não é uma tarefa fácil. Segundo a Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), a função do advogado do município é essencial para o bom funcionamento do Estado Democrático de Direito no Brasil.

São atribuições do Procurador Municipal:

I. Velar pela legalidade dos atos, na defesa da administração municipal, do interesse público e também dos direitos constitucionais.
II. Representar judicial e extrajudicialmente o município. Cabe a ele cuidar do planejamento, coordenação, controle e execução das atividades jurídicas de interesse da cidade para qual foi aprovado para exercer sua função.
III. Assessorar juridicamente ao prefeito, secretários e demais titulares de órgãos da prefeitura, inclusive elaborando as informações nos mandados de segurança em que sejam apontados como coautores.
IV. Trabalhar na Prefeitura, na defesa dos direitos do prefeito, e do município, com atuação em três frentes: consultiva, consensual e contenciosa. Atua também nos litígios vinculados fundamentalmente as questões privadas e entes públicos municipais da sua localidade, que precisem da defesa jurídica e advocatícia nesses casos.
V. Dar parecer jurídico em contratos de licitações e na realização de concursos públicos. Também orienta nas políticas públicas, como em programas de saúde para distribuição de medicamentos e atendimento às famílias, entre outros projetos.
VI. Atuar na defesa da Prefeitura quando for citada em ações na justiça. Exemplo disso são processos judiciais que envolvem pagamentos de

indenizações. O procurador precisa elaborar a defesa da administração municipal e apresentá-la em tribunais.

Estão CORRETAS:

A. I, II, III, IV apenas.
B. I, II, III, V, VI apenas.
C. III, IV, V, VI apenas.
D. I, II, III, IV, V, VI.
E. II, III, V, VI apenas.

RASCUNHO